

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

Teoria do Direito 2 (Turma B)
Profa. Rachel Herdy

Trabalho de Avaliação

Instruções:

Esta avaliação tem como base a análise de três casos hipotéticos. A seguir, estão descritos, com todos os detalhes relevantes, os casos a serem analisados. Desenvolva(m) as respostas conforme as instruções nas alíneas subsequentes. As respostas devem ser dadas nos limites mínimo de 10 (dez) linhas e máxima de 20 (vinte) linhas, utilizando-se da formatação Times New Roman 12. Cada questão valerá 1,25 pontos. Serão descontados pontos por erros de português.

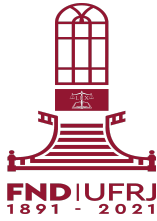
Questões:

Chegaram à Suprema Corte de Newgarth três recursos para julgamento. A relatoria desses recursos ficou a cargo do Ministro Presidente Truepenny.

1. O Caso Rogério v. Tudo Express S. A: o réu é motorista profissional de transporte alternativo, e foi condenado a pagar 200.000 *frelares* em indenizações para a sociedade empresária Tudo Express, que o contratou para realizar entregas rápidas em diversas localidades de Newgarth. Embora tenha adimplido com sua parte no contrato de serviço, os bens entregues por Rogério chegaram danificados aos clientes da autora, que foi obrigada a arcar com os custos para ressarcir-los. Após a análise pericial dos bens danificados, restou comprovado que os danos foram causados aos produtos por Rogério, devido a suas práticas pouco ortodoxas de direção e pelo péssimo acondicionamento dos bens em seu veículo. A defesa de Rogério alegou as seguintes teses: 1) que o contrato de serviço não previa a responsabilização do réu pelos danos causados aos produtos. Conforme o direito civil de Newgarth, o dever de indenizar é sempre definido por lei ou por contrato. Os contratos firmados entre a Tudo Express S. A. e seus clientes previam a responsabilidade da empresa para quaisquer danos. Logo, Rogério não poderia ser obrigado a arcar com os danos sem que houvesse regra explícita nesse sentido; 2) que o réu prestava serviços habitualmente à autora, sob suas ordens diretas, o que, de acordo com a lei

Rua Moncorvo Filho, 08 – Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20211-340

Telefone: (21) 3938-1033 – www.direito.ufrj.br

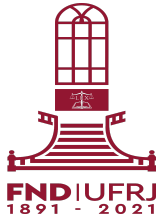


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

trabalhista de Newgarth, configura relação de emprego, de forma que o réu não teria responsabilidade, na condição de empregado, perante os clientes da autora a serem ressarcidos. Visando reverter a condenação, a defesa de Rogério apresentou essas alegações em sede recursal, sendo aceitas pela Corte para apreciação. Este é o relatório.

Considerando o que foi lecionado ao longo do período sobre modelos de decisão judicial e sobre antinomias, responda os itens a seguir:

- a. Em seu voto, o Ministro Foster afirmou que o cumprimento dos contratos deveria ser seguido à risca, mencionando um dos mais antigos princípios da lei natural, *pacta sunt servanda*. Assim, concluiu que Rogério deveria ser considerado prestador de serviços, e não empregado da sociedade empresária Tudo Express. Porém, em decorrência dos contratos entre a autora e seus clientes, a responsabilidade pelos danos não poderia ser atribuída a um terceiro, mas somente à própria sociedade empresária. Assim, votou pela improcedência da indenização. **Relacione** a decisão do Ministro Foster a um dos modelos de decisão judicial e **exponha** suas características, vantagens e desvantagens.
- b. Em seu voto, o Ministro Handy afirmou que a condenação de Rogério a pagar o exorbitante valor de 200.000 *frelares* pelos prejuízos causados aos clientes era inadequada, uma vez que o réu não teria condições de arcar com tais custos, tratando-se de uma medida irrealista e muito severa para ser aplicada a um motorista profissional. Além disso, indicou que a relação do réu com a sociedade empresária Tudo Express era muito mais próxima de uma atividade laboral do que de uma prestação de serviços, conforme restou comprovado nos autos, reforçando a impossibilidade de fazê-lo pagar os danos causados a clientes da empresa. Para Handy, no entanto, a atividade de direção imprudente de Rogério não deveria ser tolerada pelo direito, pois outros motoristas profissionais se sentiriam estimulados a fazer o mesmo, gerando consequências negativas para a sociedade como um todo. Assim, o Ministro Handy votou pela condenação do réu ao valor reduzido de 20.000 *frelares*, com o fim de multar a conduta indevida do réu por meio de ressarcimento à Tudo Express S. A. **Relacione** a decisão do Ministro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

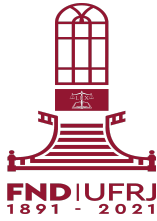
Handy a um dos modelos de decisão judicial e **exponha** suas características, vantagens e desvantagens.

- c. Em seu voto, o Ministro Tatting afirmou que a lei trabalhista de Newgarth estava em conflito com a lei civil, pois a última consolidava expressamente a regra “todos os contratos devem ser respeitados e cumpridos na forma em que foram realizados”, inspirada no princípio *pacta sunt servanda*, mencionado pelo Ministro Foster. Além disso, reconheceu um segundo conflito de normas no caso em julgamento, desta vez entre a lei trabalhista e a Constituição de Newgarth. No primeiro conflito, as regras previstas em lei são de igual hierarquia e foram criadas simultaneamente, mas a lei trabalhista trata de regras específicas para contratos cujo objeto são relações de emprego, enquanto a lei civil se refere aos contratos em geral. Já o segundo conflito envolvia o princípio da proteção integral do trabalhador, previsto na lei laboral, e o princípio constitucional do equilíbrio entre capital e trabalho. Assim, o Ministro Tatting se absteve de julgar o caso, pois não conseguiu encontrar uma solução adequada para os conflitos de normas que identificou. **Exponha** quais são os critérios existentes para solucionar esses conflitos, **aplique-os**, se possível, dando uma solução ao caso, e **classifique** as antinomias.

2. O Caso *Commonwealth v. Foca*: Os acusados são membros do Partido Onça-Pintada, em cuja sede ocorreu um jantar comemorativo de 65 anos da fundação do partido. O jantar foi financiado com recursos provenientes do Tesouro Nacional, sem que houvesse, na época dos fatos, o ressarcimento do valor correspondente ao erário público. A lei penal de Newgarth prevê que “a pessoa responsável pelo desvio indevido de recursos ou bens de caráter público para usos ou fins privados deverá sofrer a perda de sua liberdade por 10 anos e perderá seus direitos políticos pelo dobro do tempo”. No processo, restou comprovado que o governador Foca, membro do partido e líder do governo na região de Brockarlem, não foi responsável por nenhum ato de desvio de recursos. No entanto, seu principal secretário e aliado no governo, o acusado Isaac, retirou o valor de 500 *frelares* da conta oficial do governo, disponibilizada pelo Tesouro para gastos cotidianos, a fim de cobrir o valor da atividade partidária. Em sua defesa, alegou que recorrera àquela fonte por se tratar de gasto urgente para o qual estava temporariamente destituído de outros meios

Rua Moncorvo Filho, 08 – Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20211-340

Telefone: (21) 3938-1033 – www.direito.ufrj.br

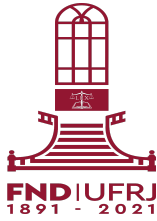


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

para pagar, mas que planejava ressarcir o valor retirado assim que recebesse sua bonificação de final de ano como secretário do governo, o que não ocorrera até o momento da denúncia do crime. Ambos foram condenados com base na lei penal supracitada, pois o desvio de recursos havia sido cometido por Isaac e o governador Foca teve ciência do ato ilícito, mas nada fez para impedi-lo ou revertê-lo, tendo atuado como cúmplice de Isaac em prejuízo ao erário e à moralidade pública. Após a condenação, houve o pagamento dos bônus de final de ano e, em seguida, o ressarcimento total do valor por depósito judicial feito em nome de Isaac. A defesa alega as seguintes teses, que foram admitidas para julgamento por esta Suprema Corte: 1) que o acusado Foca não cometeu o crime descrito pela lei penal de Newgarth, pois não foi responsável por nenhum desvio de recurso; 2) que o acusado Isaac, embora tenha usado recursos públicos para financiar uma atividade de seu partido político, não o fez com o objetivo de se apropriar indevidamente do valor, sendo esta proibição a intencionada pelo legislador de Newgarth em suas deliberações na época de criação da lei; 3) que o valor de 500 *frelares* é irrisório para os cofres públicos, além de já haver sido restituído, de modo que a condenação, cuja pena é muito elevada, estaria em desacordo com o propósito da lei. Este é o relatório.

Considerando o que foi lecionado ao longo do período sobre teorias da interpretação judicial, responda os itens subsequentes:

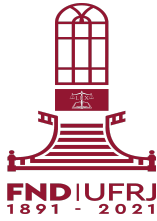
- a. Em seu voto, o Ministro Foster afirmou que a lei penal de Newgarth, ao criminalizar a corrupção, visa proteger a moralidade pública, de forma que a grandeza dos recursos desviados é irrelevante, pois todo ato de desvio indevido viola a exigência de correção moral dos agentes políticos, tal como prevê o verdadeiro propósito da lei. Na mesma linha, afirmou que não é relevante para a criminalização das condutas se o acusado realizou diretamente o desvio de recursos ou se apenas tinha ciência do fato, pois sua omissão perante o desvio é tão condenável do ponto de vista legal quanto o próprio ato de desviar, bastando uma interpretação adequada. Disse ainda que o apego excessivo ao texto da lei, ou a desfiguração da finalidade da lei, conduzem a injustiças que a lei natural e o direito de Newgarth não toleram. Assim, votou pela condenação de ambos os acusados. **Relacione** o voto do Ministro Foster com um dos métodos de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

interpretação judicial e **exponha** suas características, vantagens e desvantagens.

- b. Em seu voto, o Ministro Keen afirmou que a condenação do governador Foca estava em desacordo com a lei penal de Newgarth, pois somente quem desviar indevidamente recursos públicos pode ser punido pelo crime de corrupção. Acrescentou, ainda, que a aplicação da lei para além do texto escrito, visando a tutela da moralidade pública, apenas ocultava um ato de caráter político contra o governador Foca e o Partido Onça-Pintada, pois estes são a principal representação política do grupo étnico minoritário de Newgarth, que enfrentou um intenso processo de discriminação poucos anos após a Grande Espiral. No entanto, o secretário Isaac cometera de fato a conduta da qual era acusado, de forma que sua condenação deveria ser mantida. Antes de encerrar seu voto, o Ministro Keen reiterou que razões políticas ou morais são irrelevantes para sua decisão, pois seu fundamento se dá exclusivamente na lei. Assim, votou pela absolvição do governador Foca e pela condenação de Isaac. **Relacione** o voto do Ministro Keen a um dos métodos de interpretação judicial e **exponha** suas características, vantagens e desvantagens.
- c. Em seu voto, o Ministro Presidente Truepenny afirmou que a melhor e mais adequada compreensão das leis decorre sempre de uma interpretação que visa se aproximar da intenção original do legislador. No caso em análise, ficou comprovado pelas deliberações do Parlamento que a finalidade do crime de corrupção em sua origem era a de evitar que os bens ou recursos do Estado fossem apropriados privadamente pelos agentes políticos por meio de gastos indevidos. Uma vez demonstrada a devolução dos valores pelo acusado e a ausência de dolo para a apropriação privada desses recursos, votou o Ministro Presidente pela absolvição dos acusados, mas não antes de propor uma moção da Corte ao Parlamento para reformular a lei penal, pois a seu ver a delinquência do Partido Onça-Pintada era notória e somente devido a uma falha do próprio legislador essa organização criminosa conseguiu escapar à responsabilização criminal por seus atos. **Relacione** o voto do Ministro Presidente Truepenny a um dos métodos de interpretação judicial e **exponha** suas características, vantagens e desvantagens.

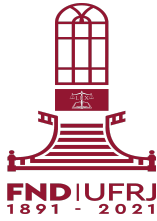


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

3. O Caso Guttemberg Ltda. v. Alexandra: A autora requer a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de 800.000 *frelares* por abuso da propriedade de 6.600 livros publicados pela sociedade empresária do ramo editorial. A autora acusou a ré de se apropriar indevidamente do conteúdo das obras editadas, reproduzindo-o em cópias não autorizadas, que Alexandra passou a distribuir gratuitamente para o público em sua biblioteca particular. A lei civil de Newgarth estabelece que “a pessoa que adquire uma coisa por meio de compra e venda é sua legítima proprietária, sendo nula a reserva de direitos sobre o bem após a tradição”. A ré alegou que adquiriu legitimamente, ao longo de vários anos, todas as obras referidas pela Guttemberg Ltda., que fez cópias pessoais de todas as obras manualmente, com ajuda de colegas próximos, e que disponibilizou tais cópias para o público de maneira gratuita por se tratarem de bens pessoais de sua propriedade. A autora recorreu da decisão originária de improcedência do pedido trazendo as seguintes teses, aceitas por esta Corte para apreciação: 1) que a lei civil não inclui regra que trate os direitos de propriedade referentes ao conteúdo intelectual, somente à propriedade das coisas, sendo necessário buscar a solução a partir de outras fontes do direito; 2) que o costume mantido por todas as sociedades empresárias do ramo editorial em Newgarth é de reconhecer ao autor dos livros editados o direito sobre seu conteúdo intelectual, e pagar uma parcela do valor obtido com as vendas para remunerar a concessão desse direito às editoras. Este é o relatório.

Considerando o que foi lecionado ao longo do período sobre lacunas, responda os itens subsequentes:

- a. Em seu voto, o Ministro Keen afirmou que haveria outro meio de solucionar o caso sem recorrer aos costumes locais. Para tanto, bastaria utilizar um método diverso, considerado por ele superior, para a integração do direito. Então, determinou que a transmissão dos direitos de propriedade sobre o conteúdo intelectual das obras deveria ser tratada da mesma forma que a dos direitos sobre coisas. Dado que Alexandra não realizou a compra dos direitos sobre esse conteúdo, mas apenas sobre os livros, o Ministro Keen votou pela procedência do pedido de indenização no valor de 800.000 *frelares* pelos prejuízos causados à editora e seus autores em razão da distribuição de cópias não



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Departamento de Teoria do Direito

autorizadas das obras. **Relacione** o voto do Ministro Keen com um método de integração do direito e **exponha** suas características.

- b. Em seu voto, o Ministro Tatting afirmou que os diversos métodos expostos até o momento e seus resultados divergentes para o caso comprovaram que não havia uma verdadeira solução em conformidade com o direito de Newgarth. Era necessário, de acordo com ele, superar o dogma que determinava a obrigação de encontrar uma resposta no direito para cada caso, pois seria tarefa impossível, e que trazia ainda o risco de a própria Corte atuar como órgão legislador nos casos em que não houvesse regra específica na lei. Assim, votou no sentido de suspender o juízo sobre o caso sem decidi-lo. **Discorra** sobre as considerações feitas no voto do Ministro Tatting para o caso.

BOA PROVA!